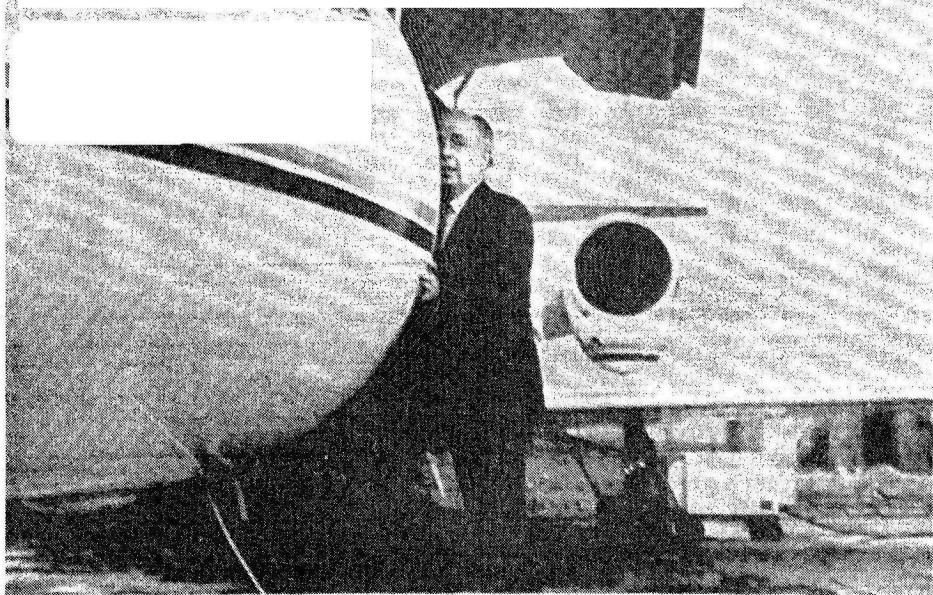




O ministro da Fazenda deixou Brasília à tarde, em um jatinho executivo

Bresser dá garantia para negociar dívida

O ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, disse ontem que o Governo dispõe de garantia suficiente para oferecer aos credores interessados em converter parte da dívida em títulos com deságios, que estão sendo oferecidos pelo próprio mercado. Mas ele não especificou que tipo de garantia seria dada pelas reservas cambiais brasileiras e disse que é só uma idéia a possibilidade de depositar parte das reservas cambiais no Banco Mundial, uma espécie de segurança aos credores para os títulos brasileiros.

O ideal, segundo o ministro Bresser Pereira, seria transformar o total da dívida com os credores privados, em torno de 70 bilhões de dólares, em títulos com deságios. Para concretizar tal idéia seria necessário, entretanto, o aval do Banco Mundial. E este precisa ser ainda negociado. Bresser aproveitará a reunião anual do FMI, da qual participará, para contatar o Bird sobre tal assunto.

Hoje, em Nova Iorque, o ministro brasileiro reúne-se com os ministros da Fazenda da Argentina e do México para acertarem programa de trabalho con-

junto com agenda a ser acertada a cada seis meses. Pela primeira vez os três maiores devedores latino-americanos sentarão periodicamente para discutirem assuntos relativos à dívida externa e ao comércio bilateral. As negociações com os credores, porém, serão feitas individualmente e não se configurará um cartel de devedores em contraposição ao cartel dos credores.

NEGOCIAÇÃO LONGA

Bresser destacou que não se deve esperar por resultados imediatos na negociação a ser iniciada com os credores internacionais na próxima semana. O Brasil, disse, insistirá na negociação anticonvencional que o mercado aponta, cuja característica é o deságio. O Governo pretende ir colocando títulos com valor de face a prazo longo, taxa de juros fixa e baixa, de forma voluntária, mas aos pouquinhos, sem pressa.

Em relação à negociação convencional, o ministro disse que ela consta do refinanciamento dos juros, mas não disse qual o montante que negociará. E praticamente impossível continuar pagando o volume

atual de juros de acordo com forma tradicional, como transcorreu a partir de 1982 até agora. Bresser afirmou que o Brasil só suspenderá a moratória quando ficar devidamente acertado com os credores o refinanciamento dos juros que deveria pagar este ano e parte dos previstos para o ano que vem.

Os 15 principais países devedores tiveram uma redução de 7,5 por cento na renda per capita nos últimos cinco anos, a relação da dívida sobre exportações aumentou de 3 para 4 vezes entre 1982 e 1987 e os desequilíbrios internos provocados pela expansão do processo inflacionário demonstram que a solução convencional de curto prazo não resolveu e não resolverá a situação. Ao contrário, se se insistir nela, a situação se agravará consideravelmente.

Bresser Pereira não participará diretamente das negociações com os credores. Essa tarefa ficará sob a responsabilidade dos dois principais negociadores brasileiros, o presidente do Banco Central, Fernando Millet, e o assessor para a negociação da dívida, Fernando Bracher, ex-presidente do BC.